



**COMISSÃO DE TRABALHADORES
DOS CTT**

Rua Padre Luís Aparício, nº 7-B,
1150 – 246 Lisboa
Tel. 21 356 63 24 - Fax: 21 356 63 26
E-mail: comtrab@ctt.pt

É nossa obrigação

NÃO IGNORAR

*Vemos, ouvimos e lemos
Não podemos ignorar
(Sophia de Mello Breyner)*

De que se trata?

Do futuro dos CTT

O que nos move?

A defesa dos interesses dos trabalhadores e do serviço público de correios

Permita-se-nos a liberdade de alterar o aforismo sobre a “mulher de César”, adaptando-o à realidade dos CTT: “**À gestão dos CTT não lhe chega afirmar-se rigorosa, responsável, solidária, preocupada e seguidora de outros princípios norteadores: tem que sê-lo.**”

São inúmeras as situações que nos levam a concluir que vai uma grande distância entre o que é dito por quem manda na Empresa (sem admitir contestação e ameaçando, até, com o “despedimento” quem ouse, ainda que ao de leve, pôr em causa as congeminações estratégicas) e o que se pratica.

Nos termos do Código do Trabalho, a Comissão de Trabalhadores tem o direito de «Promover a adequada utilização dos recursos técnicos, humanos e financeiros» da Empresa, e «Defender junto dos órgãos de gestão e fiscalização da empresa e das autoridades competentes os legítimos interesses dos trabalhadores.» (artigo 426^a, b) e e))

Tendo nós conhecimento de várias situações – gestão imobiliária, fornecimentos de bens e serviços externos e admissões sem concurso (e sem necessidade!) – que aparentam contradizer o discurso oficial

e as normas que devem reger a gestão de um património (como o dos CTT), que é de todos nós, temos a obrigação de as levar ao conhecimento das entidades incumbidas de zelar pelo seu cumprimento.

Entendemos, por isso, comunicar essas situações à Inspecção Geral de Finanças (IGF) e Inspecção geral de Obras Públicas, Transportes e Comunicações (IGOPTC).

Do teor dessas comunicações, demos conhecimento ao Primeiro Ministro, Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Conselho de Administração dos CTT.

Recentemente, enviámos a mesma informação à Procuradoria Geral da República (PGR) e à Direcção Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP).

Transcrevemos os documentos referidos, por entendermos que os trabalhadores devem ter conhecimento dos seus exactos termos.

De referir que, entretanto, recebemos informação do IGOPTC de que iriam proceder a uma auditoria à Empresa com início em Fevereiro próximo.

Nas páginas seguintes, reproduzimos os documentos atrás referidos.

Pág 2 e 3:

Comunicações à Inspecção Geral de Finanças (IGF) e à Inspecção Geral de Obras Públicas, Transportes e Comunicações (IGOPTC) e resposta desta;

Pág 4:

Participação à Procuradoria Geral da República (PGR) e Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP)

Comunicações à Inspeção Geral de Finanças (IGF) e à Inspeção Geral de Obras Públicas, Transportes e Comunicações (IGOPTC)

Ex.mos Senhor Inspector-geral de Finanças,

No exercício dos direitos que a lei nos confere, enquanto representantes legítimos dos trabalhadores dos CTT, cumpro-nos zelar pela adequada utilização dos recursos da Empresa.

Tendo chegado ao nosso conhecimento informações que podem indiciar uma menos zelosa gestão da coisa pública, entendemos por bem trazer ao conhecimento de V.a Ex.a para que, se julgar pertinente, promova as diligências que entenda por adequadas por forma a apurar a (in)conformidade com os normativos vigentes, as situações que a seguir enumeramos:

- Mudança de todos os serviços centrais da Empresa, incluindo o Conselho de Administração, para o edifício Báltico, sito no Parque das Nações e construído pela empresa "Mota & Engil", quando está comprometida com contratos de arrendamento em relação aos edifícios sitos na Praça D. Luís 30 (10 anos), Rua Conde Redondo 79 (15 anos) e Praça dos Restauradores (10 anos);
- Relação com a Deloitte Consulting no que respeita à concepção e implementação da designada "Unidade de Serviços Partilhados" e respectiva interligação com as circunstâncias de ter como "partner" um ex-administrador da Empresa e, como consultor, o anterior PCA e actual presidente do Comité de Estratégia dos CTT;
- Desaparecimento de Peças (ao que se diz, algumas são exemplares únicos) do espólio da Fundação das Comunicações sem que saibamos de quaisquer diligências no sentido de apurar as circunstâncias deste desaparecimento, como foi possível tal ocorrência e de quem foi a responsabilidade;
- Venda do parque de máquinas da antiga Campos Envelopagem à empresa Lokemark, propriedade do seu anterior dono;
- Processo de aquisição de novos equipamentos para o tratamento do correio, num cenário de declínio constante e acentuado do tráfego postal;
- Aquisição de um novo modelo de sistemas de informação de recursos humanos sem que tenha sido esgotadas as potencialidades do actual;
- Organização, contratação e pagamento dos eventos realizados na rua de S José 20 (sede dos CTT), promovidos pelo MOPTC;
- Avença de um ex-administrador da PTACS e, actualmente, um dos principais responsáveis do Grupo Português de Saúde (GPS) como consultor para as questões relacionadas com o subsistema de saúde dos CTT (Obras Sociais), que tem influenciado decisiva e negativamente a celebração de convenções com entidades prestadoras de serviços de saúde não ligadas aos GPS;
- Situação profissional do PCA na Portugal Telecom e retribuição que recebe desta.
- Relação profissional do administrador Marcos Batista com o MOPTC;
- Admissões sem concurso e sem necessidade, uma vez que a Empresa tem inúmeros quadros subocupados, desocupados ou subaproveitados:
 - Um anteriormente recrutado, oriundo do Hospital Polido Valente e recentemente nomeado administrador da Mailtec (empresa participada a 100% pelos CTT);
 - Um recentemente recrutado, oriundo do BCP, e nomeado administrador da EAD (empresa participada a 100% pelos CTT);
 - Um ex-assessor do MOPTC (para a comunicação?), cuja principal função seria organizar eventos;

- Um ex-assessor do MOPTC (para a comunicação?), cuja principal função seria organizar eventos;
- Dezenas de oriundos da Accenture, empresa da qual foi "partner" o mesmo ex-administrador dos CTT;
- Nomeação de uma pré-reformada da PT para administradora da Tourline, empresa espanhola, participada dos CTT;
- Admissão de um quadro, oriundo da "Águas de Portugal" para o projecto "terra" (começou por se chamar "Go Green", plagiando a designação de um projecto semelhante dos Correios alemães);

As situações atrás referidas, suscitam-nos sérias dúvidas e, por essa razão, entendemos que é nosso dever trazê-las ao seu conhecimento, mesmo que algumas não caibam, eventualmente, na missão que está atribuída à IGF.

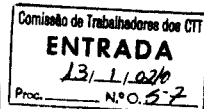
Ficamos ao inteiro dispor para os esclarecimentos complementares que julgue de interesse.

Mais informamos que vamos enviar este documento, também, para a Inspeção Geral de Obras Públicas Transportes e Comunicações e daremos conhecimento dele, ainda, ao Sr. Primeiro Ministro e ao Sr. Ministro das Obras Públicas Transportes e Comunicações e ao Conselho de Administração dos CTT e divulgá-lo-emos aos trabalhadores.

Com os melhores cumprimentos

A Comissão de Trabalhadores

Resposta do IGOPTC



A
Comissão de Trabalhadores dos
CTT-Correios
Rua Padre Luís Aparício, nº7-B
1150-246 Lisboa

Assunto: carta de 21.12.09 n/data: 11.01.2010 Vossa referência: 558/09

Em relação à carta supra referenciada, informo que as situações que aí são veiculadas, serão apreciadas na auditoria a realizar à empresa com início no mês de Fevereiro de 2010.

Com os melhores cumprimentos,

O Inspector-Geral

(Feliciano Martins)

N/ Resposta ao IGOPTC

Inspector-geral de Obras Públicas,
Transportes e comunicações
Av. Júlio Dias, 9
1050-130 Lisboa

Vref: Vdata: Nref: Ndata:
11/01/2010 10/10 19/01/2010

Ex. Senhor

Acusamos a recepção do ofício acima referenciado, em resposta à nossa comunicação de 21/12/2009 (n.º/ef 558/09), que, desde já, agradecemos. Registámos com satisfação a informação de que irá ser realizada uma auditoria aos CTT com início no próximo mês de Fevereiro.

Com o devido respeito, entendemos, contudo, que a intervenção da IGOPTC deveria ser imediata, sob pena de se perder parte da sua eficácia em relação, sobretudo, às matérias constantes dos pontos 1 a 8 da nossa referida comunicação.

Entretanto, tendo chegado ao nosso conhecimento mais informações que nos parece enquadrarem-se na esfera de intervenção do IGOPTC, aproveitamos este ensejo para as trazer ao seu conhecimento, esperando que mereçam da parte de V.Ex.ª a atenção que entender pertinente:

- Aquisição de uma aplicação informática, designada "Change Point" à empresa Compuware.
Um dos intervenientes no processo, do lado dos CTT, desempenha actualmente funções de direcção na empresa vendedora, encontrando-se na situação de licença sem vencimento na empresa a cujos quadros pertence (MAILTEC, que ao tempo o tinha cedido temporariamente aos CTT) (anexamos 2 documentos onde o nome do visado aparece ligado aos CTT e à Compuware);
- Admissão para os quadros da Empresa das secretárias do anterior PCA, Luís Nazaré e do actual administrador, Marcos Batista, num quadro de contenção rigorosa e acentuada de efectivos;
- Adjudicação do serviço de videodifusão à empresa RH+, da qual foi administrador o actual VP/PCA, Pedro Coelho.

Reiteramos a nossa disponibilidade para prestarmos os esclarecimentos que entenda convenientes

Com os melhores cumprimentos

A Comissão de Trabalhadores dos CTT

Resposta do Gabinete do PM

Of. N.º 211
Data: 13-01-2010



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Primeiro Ministro

E.N.º 11278
P.N.º A.14.02.01.01.2
0190/2000

Comissão de Trabalhadores dos CTT

ENTRADA

roc. N.º O. 57

Exmos. Senhores
Comissão de Trabalhadores dos
CTT-Correios
Rua Padre Luís Aparício, nº7-B
1150-246 Lisboa

Exmos. Senhores

Tendo presente a carta de V. Exs., de 22 de Dezembro, sobre a situação nos CTT, encarrega-me o Senhor Primeiro Ministro de informar que o assunto foi encaminhado para o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Com os melhores cumprimentos

O Chefe de Gabinete

Guilherme Dray

Procurador-Geral da República

1150-312 Lisboa

V/ref.

V/data

N/ref.
11/10

N/data
19/01/2010

Ex.mo Senhor

Por conterem matérias que nos parecem carecer de investigação por parte da PGR, enviamos, em anexo, cópias das comunicações que enviámos, em 21/12/2009 e em 19/01/2010, à IGF e ao IGOPTC.

Mais informamos de que enviámos cópias, também, para o Sr. Primeiro-ministro, para o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e para o Conselho de Administração dos CTT.

De referir, por fim, que, entretanto, recebemos resposta do IGOPTC, informando-nos de que iriam proceder a uma auditoria à Empresa, a partir do próximo mês de Fevereiro.

Com os melhores cumprimentos

À Comissão de Trabalhadores dos CTT

